

Ofício Andifes nº 065/2016

Brasília, 2 de junho de 2016

Senhor Ministro,

As Universidades Federais, como instituições sociais, têm compreendido a educação pela ótica do investimento social e político e, por esta razão, têm assumido papel relevante na produção de conhecimentos, ciência, tecnologia, inovação e na formação de pessoas.

Responsável, atualmente pela expressiva maioria do desenvolvimento da pesquisa e pela inovação no país, as Universidades Federais, no seu conjunto - Andifes-, congregam 63 instituições que tem a responsabilidade de propor ou participar de políticas de interesse estratégico da sociedade brasileira e do desenvolvimento sustentável do país, constituindo-se, assim, significativos agentes de transformação social.

Suas políticas e ações estão sempre alicerçadas em princípios considerados fundamentais para o cumprimento de suas funções, com destaque para: Autonomia, Financiamento Público, Gratuidade, Laicidade, Inclusão Social, Democratização do Acesso, Respeito à Diversidade, Mérito e Qualidade.

Um dos exemplos dos seus compromissos com esses princípios, foi a proposta de iniciativa da Andifes, apresentada ao Presidente da República, em 05 de agosto de 2003, de expansão do ensino superior. O governo assumiu a ideia e editou o Decreto nº 6.096/2007, chamado REUNI. A proposta tinha como marco transformador, responder a legítima demanda social pela expansão do ensino superior, nas vertentes da graduação, assim como da pós-graduação, com o crescimento do sistema federal público e gratuito. Dessa ousada proposta, transformada em política pública, foram firmados termos de compromisso entre o MEC e cada instituição.

Importante destacar que todas as proposições legislativas demandadas para implementação da expansão, como criação de novas universidades, de cargos docentes e de técnico-administrativos, orçamentos e suplementações orçamentárias, foram aprovadas suprapartidariamente por unanimidade dos parlamentares presentes, nas duas casas.

Excelentíssimo Senhor Ministro José Mendonça Bezerra Filho.
Ministério da Educação.
Brasília-DF.

Nos últimos anos, com ajustes, repactuações, enfrentando e superando desafios de dimensões equivalentes ao sonho e ao tamanho do Brasil, os resultados são: passamos, nas últimas décadas, de 45 para 63 Universidades Federais, de 148 para 321 campus, de 2.047 para 4.867 cursos, de 500.459 para 1.180.000 matrículas em graduação e de 48.925 para 203.717 na pós-graduação. A ampliação do nosso quadro de professores e técnicos permitiu que 95% de nosso corpo docente seja formado por mestres e doutores.

Cabe realçar também que esse processo de expansão oportunizou um importante movimento de interiorização das universidades federais, com evidentes benefícios as populações dessas novas macrorregiões, um forte investimento nas nossas infraestruturas físicas, com a construção de mais de 2 mil unidades e mais de 3 milhões de m².

A Andifes afirmou em manifestações anteriores ao MEC que compreendia as limitações que a situação econômica do país impõe. Nesse sentido, promovemos nos últimos meses todos os tipos de ajustes possíveis, sempre priorizando atividades fim e ações inadiáveis. Para que este momento adverso não se confunda com uma política de governo, ou reflita prioridades que excluem a educação pública, temos a convicção que a proposta orçamentária para 2017 dará consequência a uma trajetória descrita pelo Brasil nos últimos anos, que valoriza a qualidade e a inclusão.

Na nossa história, as Universidades Federais deram mostras de sua capacidade de enfrentamento das adversidades e de superação, demonstrando sempre responsabilidade e compromisso social. Consideramos que, nesse momento de carência de recursos, é oportuno, em conjunto com o MEC, que para aprimorá-los promovamos uma avaliação dos principais programas nacionais que dão sustentação às políticas de educação superior. Identificando processos e resultados, potencializando qualidades e corrigindo fragilidades, consolidaremos o REUNI, ENEM, SISU, UAB, PARFOR, PIBID, Ciência Sem Fronteiras, PNAES, EBSEH, MAIS MÉDICOS, entre outras importantes iniciativas.

Apesar das dificuldades do momento, temos a convicção de que precisamos continuar expandindo nosso sistema federal, com qualidade e racionalidade, para dar cumprimento às metas indelegáveis do PNE e cimentar o caminho do futuro em que a inclusão, o respeito à diversidade, o direito à educação, a busca da excelência no ensino, na pesquisa e na extensão sejam maiores do que quaisquer circunstâncias conjunturais.

Dentre as metas do PNE, as Universidades Federais destacam a necessidade de uma forte política para a formação de professores, além de ações que contribuam significativamente para a melhora da qualidade da educação básica. A discussão da

EAD, com o objetivo de sua institucionalização, se faz necessária nesse contexto, com a revisão do papel da UAB.

Será importante contarmos com a sinalização do governo para que as universidades apresentem seus PDI, até o mês de agosto de 2016, incluindo suas proposições em termos das metas do PNE.

Também compreendemos como de suma importância discutirmos o modelo de financiamento do custeio das nossas instituições, trazendo para esse espaço de discussão o custo da energia, das terceirizações e, no plano acadêmico, a pós-graduação, com a sua extraordinária expansão nos últimos anos, a pesquisa e a inovação, a internacionalização e a diversidade das nossas universidades.

Com o senso de responsabilidade e compromisso social, colocamo-nos à disposição para discutirmos o papel das Universidades Federais no desenvolvimento do país, ao mesmo tempo que reafirmamos que o projeto prioritário das universidades federais, quer pela sua dimensão estratégica e suas características estruturantes para a educação, quer pela responsabilidade no cumprimento das metas do PNE, é o Plano de Desenvolvimento das Universidades – PDU, concebido pela Andifes.

O Plano de Desenvolvimento das Universidades propõe um novo ciclo de expansão planejado, com foco na excelência e com o objetivo de cumprir as metas do PNE e, dessa forma, certamente, contribuir para elevar o país a novos patamares de desenvolvimento social e de inserção internacional.

Concomitante a isso, existem questões estruturais e de governança, não obstante os avanços reconhecidos pela população e protagonizados pelas nossas comunidades acadêmicas, que demandam esforços institucionais de todos nós na busca de soluções para os desafios hoje existentes.

Em função disso, o Conselho Pleno da Andifes discutiu e elencou um conjunto de pendências com o intuito de garantir a consolidação dessas conquistas bem como cimentar as bases de novos saltos na consolidação e na expansão do sistema federal de educação superior.

Acreditamos que com o atendimento dessas demandas, melhores condições terão as Universidades Federais para dar sequência nessa missão de apoiar o país em seu desenvolvimento e melhorar a qualidade de vida do nosso povo.

A primeira delas é a garantia de liberação regular de recursos, tanto orçamentária quanto financeira, para que as universidades possam cumprir seus compromissos institucionais, dando continuidade aos seus projetos acadêmicos e às obras pactuadas e repactuadas entre o MEC e as universidades que consolidarão a

expansão, (em anexo, um quadro com as demandas relativas à obras em andamento nas universidades).

Outra pendência de grande envergadura é o Programa de Apoio a Pós-graduação das Universidades Federais (PAPG-IFES), diretamente relacionado à formação de recursos humanos qualificados em nível de especialização, mestrado e doutorado que possam atender as demandas do ensino básico, superior e do setor industrial.

Destacamos também que essa nova universidade brasileira diversa e interiorizada, incorporou parcelas significativas de jovens que demandam assistência estudantil, portanto, para viabilizar a permanência desses brasileiros em uma universidade pública, gratuita e de qualidade, o financiamento para estes órgãos do estado deve prever novos recursos necessários a esta finalidade social, permanência com êxito desses alunos.

Como nova modalidade já consagrada, porém ainda não institucionalizada, o Ensino a Distância (EaD) precisa receber apoio mais efetivo, com financiamento e pessoal. A EaD, desenvolvida corretamente, confere escala à formação de pessoal, eficiência no setor produtivo, capilaridade geográfica da educação superior e qualidade, tudo isso redundando na maior democratização do acesso ao ensino superior.

Ampliação do apoio às ações de Internacionalização e Inovação, bem como à ampliação de recursos para a pesquisa também são fundamentais.

Tem-se ainda questões não equacionadas relativas a pessoal para as Universidades Federais que envolvem a criação de cargos de professores (tanto para cumprir as necessidades do REUNI, como para a operacionalização do banco de professores equivalentes) e o dimensionamento do pessoal técnico-administrativo (defasagem numérica no quadro de referência dos TAs).

Para dialogar sobre a importância das Universidades Federais de hoje e para o Brasil de amanhã e, ainda, sobre os rumos da Educação Brasileira, colocamo-nos à disposição, apresentando nossos cumprimentos.

Respeitosamente,


Reitora Maria Lúcia Cavalli Neder
Presidente da Andifes